

SANTOS SÃO PAULO

HISTÓRICO

Concluída a instalação da Vila de São Vicente, na ilha do Gahayó, assim denominada pelos indígenas, a comitiva de Martim Afonso de Souza começou a ocupar o território. Domingos Pires e Pascoal Fernandes apossaram-se da porção Enguaguaçu, a uma légua da vila, no fim da praia do Tararé (Itararé), onde construíram um casebre para moradia e um oratório de São Jerônimo, primeiro padroeiro do lugar.

Dois anos após, 1534, já estavam no local, Luís Góes, mestre Bartolomeu Gonçalves (também conhecido por Domingos Gonçalves) e os irmãos Adorno. Outros que ali se fixaram, instalaram, à foz do córrego São Jerônimo, um porto canoeiro que de uso particular, estendeu-se ao uso comum.

A regulamentação das terras ocupadas e trabalhadas iniciou-se em 1539, sendo concedida a sesmaria do Enguaguaçu aos seus povoadores, a 1º de setembro, cuja data, simbolicamente, marca o início da povoação. As terras junto ao rio Jarabatyba ou Jurubatuba, que também incluíam a ilha pequena, hoje Ilha Barnabé, foram concedidas, no entanto, em 1536, a Brás Cubas, por Martim Afonso de Souza, através de sua mulher e procuradora, Ana Pimentel. O fidalgo Português que lá passou a residir em 1540, iniciou o plantio de cana-de-açúcar e outros gêneros de primeira necessidade.

O maremoto de 1541 que assolou a Vila de São Vicente, obrigando-a a transferir a sede, contribuiu para o aumento da povoação do Porto onde já existia uma capela, dedicada a Santa Catarina, segunda padroeira, construída por Luís Góes.

Pretendendo ficar mais próximo à Vila de São Vicente, Brás Cubas comprou, em 1542, parte das terras de Domingos Pires e em 1546, outra parte de Pascoal Fernandes. Nessa área junto ao Outeiro de Santa Catarina, construiu sua residência e, no ano seguinte, verificando que era mais abrigado para o transporte de cargas de São Vicente, conseguiu a transferência do Porto para Enguaguaçu, no lagamar interno, defronte ao Outeiro. Nessa ocasião o povoado recebeu a primeira denominação em língua Portuguesa - Porto da Vila São Vicente ou, ainda, Porto de São Vicente.

Brás Cubas, a 1º de novembro de 1543, fundou a Irmandade para edificação do Hospital de Santa Casa de Misericórdia de Todos Santos. Em conseqüência, o povoado recebeu a segunda denominação, Porto de Santos e, mais tarde, Santos.

Uma provisão de 1544, assinada por Ana Pimentel, nomeou Brás Cubas, Capitão-mor da Capitânia de São Vicente, que proclamou, em definitivo, a independência de Santos, dando-lhe foros de Vila a 1º de Novembro de 1546.

O progresso da Vila continuou e, em 1867, já na categoria de Cidade, foi estabelecida a ligação ferroviária com o planalto, através da “ The São Paulo Railway Co.” (atual Santos - Jundiaí), melhorando as condições de transporte entre Santos e São Paulo que, por sua vez, entrava em fase de grande desenvolvimento. Isto concorreu para intensificar o movimento de embarcações no Porto, tornando imperativa a adoção de melhorias técnicas, sobretudo voltadas para o comércio do café.

O Decreto nº 9979, de 12 de julho de 1888, deu concessão a uma empresa, para exploração comercial do Porto de Santos. Constituída a mesma, deu-se início às obras de melhoramentos do Porto, inaugurando-se em 1892, o primeiro trecho do cais. A obra constituiu o marco inicial de uma série de empreendimentos, que acabaram por dar primazia ao Porto, em movimento e instalações, ficando conhecido como o “ Porto do Café”.

GENTÍLICO: SANTISTA

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Antiga povoação de Porto de São Vicente, fundada em 1543. Vila criada pelo Foral de 19 de janeiro de 1545. Desmembrada do termo da antiga Vila de São Vicente.

Segundo outra fonte, a vila foi criada pelo Foral de 3 de junho desse último ano. Cidade por Lei Provincial nº 1, de 26 de janeiro de 1939.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município de Santos se compõe de 1 único Distrito Santos, criado em 1747.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o Município de Santos se compõe de 3 Distritos: Santos Cubatão e Guarujá.

Pela Lei Estadual nº 6501, de 19 de junho de 1934, desmembra do Município de Santos o Distrito de Guarujá.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1936, o Município de Santos compreende o único termo judiciário da comarca de Santos e se divide igualmente em 2 Distritos: Santos, Cubatão.

Em divisão territorial de 31-XII-1937, o Município de Santos permanece como único termo judiciário da comarca de Santos e se compõe também de 2 Distritos: Santos, e Cubatão.

No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938, o Município de Santos é o único termo judiciário da comarca de Santos e figura com os seguintes Distritos: Santos e Cubatão.

No quadro fixado, pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, para 1939-1943, o Município de Santos é composto dos Distritos de Santos, sub-dividido em 2 zonas: 1ª e 2ª zonas; e Cubatão, e é termo da comarca de Santos formada de 1 único termo, Santos, termo este formado pelos Municípios de Santos, Guarujá, Itanhaem e São Vicente.

Pelo Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30-XI-1944, a 1ª zona Distrital de Santos passa a ser 1º subdistrito e a 2ª zona Distrital de Santos passa a ser 2º sudistrito.

o quadro fixado pelo referido Decreto-lei, 14334, para vigorar em 1945-48, o Município de Santos ficou composto dos Distritos de Santos (2 subdistritos), 1º e 2º; Bertioga e Cubatão, comarca de Santos.

Pela Lei Estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, desmembra do Município de Santos o Distrito de Cubatão.

Figura no quadro territorial fixado para vigorar em 1949-53, com os Distritos de Santos (2 subdistritos) e Bertioga, comarca de Santos.

Permanece com os Distritos de Santos (2 subdistritos) e Bertioga, comarca de Santos, no quadro fixado pela Lei Estadual nº 2456, de 30-XII-1953 para 1954-58.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Lei Estadual nº 7644, de 30 de dezembro de 1991, desmembra de Santos o Distrito de Bertioga.